

Confraria ou
Irmandade de Santa
Eulália
Demonstrações
Financeiras Individuais

Exercício 2025

Índice

BALANÇO INDIVIDUAL	6
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL	7
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR ATIVIDADE	8
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	9
ANEXO	10
1 Identificação da entidade e período de relato	10
1.1 Designação da entidade	10
1.2 Sede	10
1.3 Natureza da atividade	10
2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	11
2.1 Indicação do referencial contabilístico	11
2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.	12
2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.	13
3 Políticas Contabilísticas	13
3.1 Ativos Fixos Tangíveis	13
3.2 Investimentos Financeiros	14
3.3 Ativos não correntes	14
3.4 Inventários	15
3.5 Créditos a receber	15
3.6 Estado e outros entes públicos e imposto sobre o rendimento	16
3.7 Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros	17
3.8 Acréscimos e diferimentos	17
3.9 Caixa e Depósitos Bancários	17
3.10 Imparidade de ativos	18
3.11 Fundos patrimoniais	19
3.12 Excedentes de revalorização	19
3.13 Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	19
3.14 Passivos não correntes	19
3.15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	20
3.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento	21
3.17 Outras dívidas a pagar e fornecedores	22
3.18 Vendas e prestação de serviços	22

3.19	Subsídios	23
3.20	Benefícios dos empregados	23
3.21	Rendimentos financeiros	24
3.22	Juizes de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras	24
3.23	Principais pressupostos relativos ao futuro	25
3.24	Adoção pela primeira vez da NCRF -ESNL (divulgação transitória)	25
4	Fluxos de caixa	25
4.1	Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso	25
4.2	Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	25
5	Alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	26
5.1	Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros	26
5.2	Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros	26
5.3	Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos	26
5.4	Erros materiais de períodos anteriores	26
6	Ativos fixos intangíveis	26
6.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	26
7	Ativos fixos tangíveis	27
7.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	27
7.2	Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	27
7.3	Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos;	28
7.4	Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis	28
7.5	Ativo fixo tangível expresso por quantias revalorizadas	28
8	Investimentos financeiros	28
9	Inventários	28
9.1	Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada	28
9.2	Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas	29
9.3	Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período	29
9.4	Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período	30

9.5	Quantia de reversão de ajustamento reconhecida, nomeadamente, como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período	30
9.6	Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários	30
9.7	Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos	30
9.8	Quantia de juros incluídos nos custos de produção de inventários	30
10	Créditos a receber	30
11	Estado e outros entes públicos	30
12	Diferimentos	31
13	Fundadores	31
14	Outros ativos e passivos	31
15	Fundos Patrimoniais	32
16	Financiamentos obtidos	33
16.1	Gastos com financiamentos obtidos capitalizados durante o período	33
16.2	Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes (Colaterais)	33
16.3	Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço	33
16.4	Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos	33
17	Fornecedores	33
18	Venda e prestação de serviços	33
19	Subsídios, doações e legados à exploração	34
20	Fornecimentos e serviços externos (FSE)	35
21	Gastos com pessoal	35
22	Outros rendimentos	36
23	Outros gastos	36
24	Juros e suportados e obtidos rendimentos similares obtidos	37
25	Imposto sobre o rendimento do período	37
26	Outras Informações	37
26.1	Risco de Crédito	37

27	Acontecimentos após a data do balanço	39
27.1	Autorização para emissão	39
27.2	Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço	39
27.3	Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos	39
28	Divulgações exigidas por diplomas legais	39
29	Outras informações	39
30	Termo de responsabilidade	40

BALANÇO INDIVIDUAL

RUBRICAS		2025	2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7.1	1 127 242,40	1 163 267,03
Investimentos em Curso	7.1	13 380,00	0,00
Activos intangíveis	6.1	36 460,97	16 272,07
Investimentos financeiros	8	4 061,54	5 000,12
		1 181 144,91	1 184 539,22
Activo corrente			
Inventários	9.2	5 474,00	5 004,70
Clientes	10	8 646,77	695,31
Estado e outros entes públicos	11	5 935,16	4 852,62
Fundadores/ beneméritos/doadores	13	3 732,50	3 373,00
Outras contas a receber	14	143 782,65	25 269,99
Diferimentos	12	5 505,42	4 885,48
Caixa e depósitos bancários	4.2	785 260,03	888 608,31
		958 336,53	932 689,41
Total do ACTIVO		2 139 481,44	2 117 228,63
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	15	135 232,24	135 232,24
Reservas	15	1 777 495,82	1 777 495,82
Resultados transitados	15	-335 173,84	-233 342,43
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	15	147 016,67	18 750,00
Resultado líquido do período		-10 744,33	-111 526,61
Total do Capital Próprio		1 713 826,56	1 586 609,02
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17	5 537,90	5 714,10
Estado e outros entes públicos	11	26 215,87	22 052,97
Financiamentos obtidos	16	166 666,64	277 777,76
Outras contas a pagar	14	227 234,47	225 074,78
		425 654,88	530 619,61
Total do Passivo		425 654,88	530 619,61
Total do Capital Próprio e do Passivo		2 139 481,44	2 117 228,63

CC/6943

(Handwritten signatures and initials)

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR ATIVIDADE

RENDIMENTOS E GASTOS	LAR	SAD	ATL	ATIVIDADE SÊNIOR	BERCÁRIO	INFANTÁRIO	IGREJA	TOTAL
Prestação de Serviços	508 132,28 €	130 952,03 €	80 061,35 €	2 044,76 €	6 151,00 €	89 507,86 €	2 569,00 €	819 418,28 €
Mensalidades	263 169,82 €	205 513,24 €	37 160,60 €	- €	311 863,86 €	26 164,84 €	-	843 872,36 €
ISS IP Centros Distritais								- €
Subsídios, doações e legados à exploração								
Subsídios de entidades públicas	7 865,44 €	5 702,44 €	1 769,73 €		1 966,36 €	2 359,61 €		19 663,58 €
Outros	4 691,58 €	3 401,39 €	1 055,60 €		1 172,89 €	1 407,50 €		11 728,96 €
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 90 620,28 €	- 62 987,59 €	- 19 547,87 €		- 21 719,86 €	- 26 063,83 €		- 220 939,43 €
Fornecimentos e serviços externos	- 111 320,99 €	- 60 228,31 €	- 24 742,38 €		- 22 078,83 €	- 30 380,91 €	- 1 441,23 €	- 250 192,65 €
Gastos com pessoal	- 570 758,83 €	- 185 206,19 €	-100 632,18 €		- 176 885,16 €	- 141 877,66 €		- 1 175 360,02 €
Outros rendimentos e ganhos	3 828,51 €	2 775,67 €	861,42 €		957,13 €	4 060,10 €	750,00 €	13 232,83 €
Outros gastos e perdas	- 1 015,50 €	- 753,74 €	- 228,49 €		- 253,88 €	- 342,73 €		- 2 594,34 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	13 972,03 €	39 168,94 €	-24 242,22 €	2 044,76 €	101 173,51 €	75 165,22 €	1 877,77 €	58 829,57 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 17 132,70 €	- 11 426,94 €	- 18 880,62 €		- 12 104,55 €	- 13 598,37 €	- 3 857,75 €	- 77 000,93 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)								
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	- 3 160,67 €	27 742,00 €	-43 122,84 €	2 044,76 €	89 068,96 €	- 88 763,59 €	- 1 979,98 €	- 18 171,36 €
Juros e rendimentos similares obtidos	6 580,82 €	4 771,09 €	1 480,68 €		1 645,20 €	1 974,24 €		16 452,03 €
Juros e gastos similares suportados	- 3 610,00 €	- 2 617,25 €	- 812,25 €		- 902,50 €	- 1 083,00 €		- 9 025,00 €
Resultado antes de impostos	- 189,85 €	29 895,84 €	-42 454,41 €	2 044,76 €	89 811,66 €	- 87 872,35 €	- 1 979,98 €	- 10 744,33 €
Imposto sobre rendimento do período								
Resultado líquido do período	- 189,85 €	29 895,84 €	-42 454,41 €	2 044,76 €	89 811,66 €	- 87 872,35 €	- 1 979,98 €	- 10 744,33 €

(Handwritten signatures and initials)

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	18	1 663 290,64	708 957,71
Subsídios à exploração	19	31 392,54	706 072,45
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.3	-220 939,43	-196 795,59
Fornecimentos e serviços externos	20	-250 192,65	-220 617,95
Gastos com pessoal	21	-1 175 360,02	-1 053 995,09
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	-714,08
Outros rendimentos e ganhos	22	13 232,83	13 391,53
Outros gastos e perdas	23	-2 594,34	-723,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		58 829,57	-44 424,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.2/6.1	-77 000,93	-68 458,61
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-18 171,36	-112 883,47
Juros e rendimentos similares obtidos	24	16 452,03	17 506,30
Juros e gastos similares suportados	24	-9 025,00	-16 149,44
		Resultado antes de impostos	-111 526,61
Imposto sobre rendimento do período	25		
Resultado líquido do período		-10 744,33	-111 526,61


PCC/6943

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA	2025	2024
Actividades operacionais:		
1. Recebimento de clientes	773 808,43	1 404 612,40
2. Pagamentos a fornecedores	-460 919,45	-350 031,14
3. Pagamentos ao pessoal	-803 897,04	-724 624,44
4. Fluxo gerado pelas operações	-491 008,06	329 956,82
5. Pag./receb. do imposto sobre o rendimento		
6. Outros receb./pag. relativos à act. operacional		
7. Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-78 879,39	-36 743,18
8. Recebimentos relacionados com rub. extr.		
9. Pagamentos relacionados com rub. extr.		
10. Fluxos de caixa das actividades operacionais [1]	-78 879,39	-36 743,18
Actividade de investimento:		
11. Recebimentos provenientes de:	16 452,03	17 506,30
11.1. Activos fixos tangíveis		
11.2. Activos intangíveis investimentos financeiros		
11.3. Outros activos		
11.4. Subsídios de investimento		
11.5. Juros e proveitos similares	16 452,03	17 506,30
11.6. Dividendos		
12. Pagamentos respeitantes a:	61 165,20	-135 998,87
12.1. Activos fixos tangíveis	61 165,20	-135 998,87
12.2. Activos intangíveis		
12.3. Investimentos financeiros		
12.4. Outros activos		
13. Fluxos de caixa das actividades de investimento [2]	77 617,23	-118 492,57
Actividade de financiamento:		
14. Recebimentos provenientes de:	0,00	17 500,00
14.1. Financiamentos obtidos	0,00	17 500,00
14.2. Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
14.3. Cobertura de prejuízos		
14.4. Doações		
14.5. Outras operações de Financiamento		
15. Pagamentos respeitantes a:	-102 086,12	-127 260,56
15.1. Financiamentos obtidos	-111 111,12	-111 111,12
15.2. Juros e gastos similares	9 025,00	-16 149,44
15.3. Dividendos		
15.4. Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
15.5. Outras operações de financiamento		
16. Fluxos de caixa das actividades de financiamento [3]	-102 086,12	-109 760,56
17. Variação de caixa e seus equivalentes	-103 348,28	-264 996,31
18. Efeito das diferenças de câmbio		
19. Caixa e seus equivalentes no início do período	888 608,31	1 153 604,62
20. Caixa e seus equivalentes no fim do período	785 260,03	888 608,31

Handwritten signature and date: 20/6/25

ANEXO

1 Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

CONFRARIA OU IRMANDADE DE SANTA EULÁLIA "IPSS"

NIPC: 501 825 444

NISS: 200 044 933 24

1.2 Sede

Rua do Fojo, nº 27, Repeses, 3500 713 Viseu

1.3 Natureza da atividade

A Confraria ou Irmandade de Santa Eulália é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que tem por finalidade e atividade principal contribuir para a promoção social da população em geral, nas áreas da infância, juventude, terceira idade propondo-se criar e manter as seguintes atividades: Berçário, Pré-Escolar e ATL, ERPI e SAD.

Como atividade complementar, de âmbito religioso, compete à Confraria, através da Irmandade, praticar atos de culto católico, assim como administrar o Cemitério e a Capela ou Igreja de Santa Eulália.

Neste momento, a Confraria tem como Respostas Sociais protocoladas com a Segurança Social, as valências, Berçário (45 utentes), Pré-escolar (20 utentes), ATL (45 utentes) 20 com almoço e 20 sem almoço, SAD (30 utentes) e ERPI (Lar) (26 utentes).

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Assim, foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização dos exercícios e consistência.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no referido Plano de Contabilidade. Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste Anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não se considera relevante para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

- c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

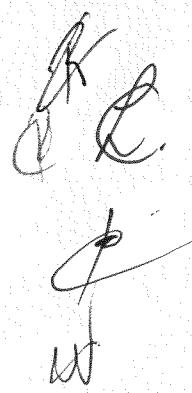
As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL;

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.



2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

3 Políticas Contabilísticas

3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (conforme política descrita na nota 3.10). O gasto de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os gastos subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens começando quando os bens estejam disponíveis para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida, cessando na data em que o ativo for desreconhecido. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Terrenos e Recursos Naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções:	20 Anos

Equipamento básico: 10 a 3 Anos

Equipamento de transporte: 4 Anos

Equipamento administrativo: 8 a 3 Anos

A Entidade revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As propriedades de investimento, a existir, nesta norma são reconhecidas e apresentadas como um ativo fixo tangível e seguem as políticas contabilistas da mensuração dos ativos fixos tangíveis.

3.2 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Em 31/12/2025, esta rubrica inclui “Fundos de Compensação de Trabalho” decorrente de imperativos legais desde 01/10/2013.

3.3 Ativos não correntes

Um ativo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou sejam usados para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não correntes.

O ciclo operacional de uma entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo

operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

Na NCRF - ESNL em certas ocasiões poderá ser conveniente distinguir as seguintes categorias: ativos com restrições permanentes (limitações quanto ao destino ou ao investimento obrigatório dos ativos), ativos com restrições temporárias (presentes e futuras) e ativos sem restrições de uso.

3.4 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a fórmula de custeio utilizada é o FIFO.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de conversão (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra, gastos gerais de fabrico e custos de empréstimos obtidos elegíveis para capitalização, quando aplicável) ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. Nos casos em que o valor realizável líquido é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade. A imputação de gastos gerais de fabrico fixos é baseada na capacidade normal das instalações.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.5 Créditos a receber

Esta rubrica encontra-se registada pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade (conforme política descrita na nota 3.14) quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Esta rubrica é apresentada no Balanço como “Ativo Corrente”, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, é exibida como um Ativo não Correntes.

3.6

Estado e outros entes públicos e imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

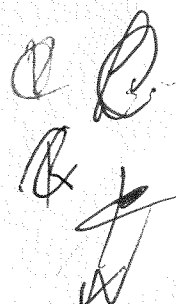
- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 20 % sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da



coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.7 **Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados e Membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável (líquido de perdas por imparidade segundo o referido na nota 3.10).

3.8 **Acréscimos e diferimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outras passivos correntes” ou “Diferimentos (ativos ou passivos)”.

3.9 **Caixa e Depósitos Bancários**

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento.

3.10 Imparidade de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção, nomeadamente dos “Inventários”, dos “Ativos financeiros” que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros e “Ativos biológicos” relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação.

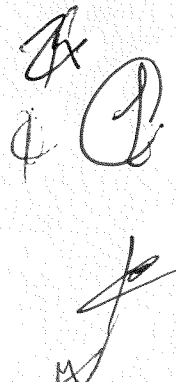
Assim, neste âmbito, a Entidade avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou



diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.11 Fundos patrimoniais

Esta rubrica é composta por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- Fundos acumulados (*Resultados transitados*);
- Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis;
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.12 Excedentes de revalorização

Esta rubrica é creditada em consequência da revalorização dos ativos fixos tangíveis e é debitada por contrapartida da conta 56 - Resultados transitados, em função da realização da revalorização. Essa realização ocorre pela depreciação, abate ou venda do bem.

3.13 Ajustamentos / Outras variações no capital próprio

Esta rubrica evidencia, nomeadamente, os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para resultados, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

3.14 Passivos não correntes

Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou,
- A Entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

Uma entidade classifica os seus passivos financeiros como correntes quando a sua liquidação estiver prevista para um período até doze meses após a data do balanço, mesmo que:

- O prazo original tenha sido por um período superior a doze meses; e,
- Um acordo de refinanciamento, ou de reescalonamento de pagamentos, numa base de longo prazo seja completado após a data do balanço e antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão.

3.15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Handwritten initials and signatures in the top right corner.

3.16 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (*é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda*) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras;
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia, incluindo, as propriedades de investimento);
- Ativos intangíveis;

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.17 Outras dívidas a pagar e fornecedores

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao seu justo valor, o qual têm vindo a ser semelhante ao seu valor nominal.

3.18 Vendas e prestação de serviços

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o seu custo nominal. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

B
B
F

3.19 Subsídios

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios que não estejam relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables (por exemplo, subsídio às valências), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios, doações e legados a exploração" da demonstração dos resultados do período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

3.20 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelos responsáveis da Entidade. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se

encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

As gratificações, após autorizadas, são reconhecidas à data do balanço como um benefício dos empregados e, consequentemente, como um gasto do período ao qual se reportam.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.21 Rendimentos financeiros

Os juros obtidos e suportados, são reconhecidos utilizando, sempre que aplicável, o método do juro efetivo, desde que existam acontecimentos que afastem os ativos e passivos correspondentes da sua valorização nominal.

3.22 Juízos de valor que os responsáveis da Entidade utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF - ESNL, os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 incluem:

- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.23 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.24 Adoção pela primeira vez da NCRF -ESNL (divulgação transitória)

Explicação acerca da forma como a transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF -ESNL afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados;

Nada a observar.

Explicação acerca da natureza das diferenças de transição que foram reconhecidas nos fundos patrimoniais;

Nada a observar.

Identificação dos erros cometidos segundo os PCGA anteriores, distinguindo, nas divulgações exigidas, entre a correção desses erros e as alterações às políticas contabilísticas.

4 Fluxos de caixa

4.1 Comentário dos responsáveis pela Entidade sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis ou restritos para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	2025	2024
Caixa	150,00 €	989,26 €
Depósitos à ordem	85 110,03 €	187 619,05 €
Depósitos a prazo	700 000,00 €	700 000,00 €
Total	785 260,03 €	888 608,31 €

A entidade possui dois depósitos a prazo, do qual obtém rendimentos a título de juros.

5 Alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Nada a observar;

5.2 Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Nada a observar;

5.3 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Nada a observar;

5.4 Erros materiais de períodos anteriores

Nada a observar.

6 Ativos fixos intangíveis

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transf. (a)	Saldo Final
Activos Intangíveis:					
Projetos de Desenvolvimento	18 142,50 €	26 752,50 €	- €	- €	44 895,00 €
	18 142,50 €	26 752,50 €	- €	- €	44 895,00 €
Depreciações					
Contas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transf. (a)	Saldo Final
Depreciações activos intangíveis:					
Projetos de Desenvolvimento	1 870,43 €	6 563,60 €	- €	- €	8 434,03 €
	1 870,43 €	6 563,60 €	- €	- €	8 434,03 €

7 Ativos fixos tangíveis

7.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, métodos de depreciação usados e vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6 a 8

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas), as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações e quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transf. (a)	Saldo Final
Activos Fijos Tangíveis:					
Terrenos e recursos naturais	273 809,60 €	- €	- €	- €	273 809,60 €
Edifícios e outras construções	2 202 511,17 €	10 211,85 €	- €	- €	2 212 723,02 €
Equipamento básico	221 881,15 €	17 333,08 €	- €	- €	239 214,23 €
Equipamento de transporte	213 553,83 €	5 000,00 €	- €	- €	218 553,83 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	38 452,22 €	1 867,77 €	- €	- €	40 319,99 €
	2 950 207,97 €	34 412,70 €	12 225,36 €	- €	2 972 395,31 €

Além disso a instituição encontra-se com obras na cozinha do qual ainda se encontram em curso conforme mapa seguinte:

Investimentos em Curso					
Obras da cozinha	13 380,00 €	- €	- €	- €	13 380,00 €

7.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Depreciações					
Contas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transf. (a)	Saldo Final
Depreciações activos tangíveis::					
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	1 385 589,13 €	53 107,43 €	- €	- €	1 438 696,56 €
Equipamento básico	191 989,20 €	8 664,87 €	- €	- €	200 654,07 €
Equipamento de transporte	172 716,03 €	7 741,81 €	12 225,36 €	- €	168 232,48 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	36 646,58 €	923,22 €	- €	- €	37 569,80 €
	1 786 940,94 €	70 437,33 €	12 225,36 €	- €	1 845 152,91 €

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos;

Nada a observar.

Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

Nada a observar.

Ativo fixo tangível expresso por quantias revalorizadas

Nada a observar.

8 Investimentos financeiros

Investimentos financeiros:

Títulos e outras aplicações financeiras	5 000,12 €	- €	- 938,58 €	- €	4 061,54 €
Adiant. p/conta invest. financeiros	- €	- €	- €	- €	- €
	5 000,12 €	- €	- 938,58 €	- €	4 061,54 €

Os fundos de compensação foram criados com base na Lei nº70/2013 e aplicam-se aos contratos celebrados após 1 de outubro de 2013. As contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho terminaram em maio de 2023, com a entrada em vigor das alterações ao Código do Trabalho. Sendo restituídos no ano de 2025 cerca de 939,00 euros.

9 Inventários

9.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como matérias-primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Entidade adota como fórmula de custeio dos seus inventários a fórmula de custeio FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar, e consequentemente, os itens que permaneceram em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados ou produzidos.

9.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- ✓ Mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo: valorizadas ao preço de aquisição.
- ✓ Existências no final de cada ano: organizam-se em dois grupos principais de produtos:

1. Produtos perecíveis – “Géneros Alimentícios”

- a) Constituem-se de matérias-primas destinadas à confeção de alimentos para os clientes da Creche, Infantário, ATL, Apoio Domiciliário e LAR.
- b) Aquisições diárias: pão, legumes, carne fresca e peixe fresco. Estas sobras não são passíveis de conservação, devido às normas do sistema HACCP (Hazard Analysis and Critical Control Point) e à fiscalização da ASAE, que não permitem a sua conservação e consumo posterior.
- c) Aquisições bissemanais: produtos congelados, frutas e tubérculos.

2. Produtos não perecíveis – “Material Clínico e Outros”

- a) Constituem-se de matérias-primas destinadas à aplicação nos utentes, incluindo pomadas, medicamentos, entre outro

Descrição	2025	2024
Inventário	5 474,00 €	5 004,70 €
Total	5 474,00 €	5 004,70 €

No ano findo de 2025, a entidade detinha stock os bens alimentares assim como produtos de higiene e limpeza (fraldas, pensos etc.) conforme evidencia o quadro acima.

9.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, tem a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
C.M.V.M.C.	220 939,43 €	196 795,59 €
Total	220 939,43 €	196 795,59 €

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) representa os gastos da entidade com a aquisição de matérias-primas utilizadas na prestação de serviços.

9.4 **Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período**

Nada a observar.

9.5 **Quantia de reversão de ajustamento reconhecida, nomeadamente, como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período**

Nada a observar.

9.6 **Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários**

Nada a observar.

9.7 **Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos**

Nada a observar.

9.8 **Quantia de juros incluídos nos custos de produção de inventários**

Nada a observar.

10 **Créditos a receber**

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes	8 646,77 €	695,31 €
Total	8 646,77	695,31

No quadro acima encontra-se identificados os utentes em dívida a 31/12/2025.

11 **Estado e outros entes públicos**

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Sobre Rendimentos de Trabalho Dependente	2 718,00 €	2 115,00 €
Sobre Rendimentos de Trabalho Independente	183,65 €	292,63 €
IVA - Suportado	- 3 499,31 €	- 1 472,00 €
IVA - reembolsos pedidos	- 2 435,85 €	- 3 380,62 €
Contribuições para a Segurança Social	23 314,22 €	19 645,34 €
Total	20 280,71 €	17 200,36 €

Em 2025, a entidade realizou alguns investimentos tendo beneficiado de uma dedução de 50% do IVA, bem como dos custos com a alimentação associados ao projeto. No entanto, à data de 31 de dezembro de 2025, encontrava-se ainda em falta o recebimento de aproximadamente 2.435,85 euros.

[Handwritten signatures and initials]

Adicionalmente, encontram-se por liquidar os impostos relativos às remunerações do mês de dezembro, nomeadamente a retenção na fonte de IRS, as contribuições para a Segurança Social, bem como o subsídio de férias.

12 Diferimentos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Acréscimos e Diferimentos	5 505,42 €	4 885,48 €
Total	5 505,42 €	4 885,48 €

Os diferimentos correspondem a gastos e/ou rendimentos que devem ser reconhecidos em períodos futuros. A parcela dos diferimentos atribuída a cada período afeta diretamente as respetivas contas de gastos ou rendimentos.

Em 2024, a entidade pagou 5.505,42 euros em seguros referentes a apólices que abrangem o ano de 2026, sendo esses valores reconhecidos no período a que dizem respeito, e não no ano do pagamento.

13 Fundadores

Descrição	2025	2024
Fundadores	3 732,50 €	3 373,00 €
Total	3 732,50 €	3 373,00 €

Este montante refere-se às quotas dos irmãos associados que ainda se encontram por receber.

14 Outros ativos e passivos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Outros devedores e credores	143 782,65 €	25 269,99 €
Outros Credores	227 234,47 €	225 074,78 €
Total	227 234,47 €	225 074,78 €

No decorrer do ano de 2025, foram celebrados diversos protocolos de investimento, destacando-se, em particular, aqueles enquadrados em fundos patrimoniais. Entre estes, merece referência a assinatura de um protocolo com a Mobilidade Verde Social SAD, cujo montante de 7.500,00 euros ainda se encontra por receber, bem como o PRR para obras na cozinha, no valor de 98.228,67 euros.

Relativamente a outros credores, o subsídio de férias é reconhecido contabilisticamente no ano a que respeita, ainda que o seu pagamento ocorra apenas no ano seguinte. Esta prática cumpre o princípio da especialização dos exercícios, segundo o qual rendimentos

e gastos devem ser registados no período em que são efetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento do pagamento ou recebimento.

Desta forma, o valor correspondente ao subsídio de férias referente ao trabalho prestado em 2025 foi contabilizado como custo desse mesmo exercício, assegurando uma representação fiel da situação financeira e dos encargos assumidos pela entidade

15 Fundos Patrimoniais

Os movimentos desta rubrica no período de 2023:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	135 232,24 €			135 232,24 €
Reservas	1 777 495,82 €			1 777 495,82 €
Resultados transitados	- 233 342,43 €		101 831,41 €	- 335 173,84 €
Outras variações no capital próprio	18 750,00 €	134 516,67 €	6 250,00 €	147 016,67 €
Total	1 698 135,63	134 516,67	108 081,41	1 724 570,89

Os fundos de reserva numa Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) têm como objetivo assegurar a estabilidade financeira da instituição. Os resultados refletem a diferença entre os rendimentos e os gastos da entidade. Qualquer excedente obtido deve ser reinvestido na própria instituição, uma vez que as IPSS não distribuem lucros.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 22, é imprescindível que a imputação dos subsídios a rendimentos seja feita com base no princípio do acréscimo, e não no momento do respetivo recebimento. Neste contexto, os valores encontram-se registados na rubrica “outras variações”.

Em relação aos protocolos específicos:

- ✓ No protocolo Mobilidade Verde Social, foram reconhecidos como rendimentos 6.250,00 euros.
- ✓ No protocolo Obras na Cozinha (PRR), ainda não foi reconhecido qualquer valor, nem imputados custos, uma vez que a obra se encontra em curso e ainda não foi concluída.

Os resultados do período em questão são transferidos para os fundos de reserva da instituição, reforçando a sua sustentabilidade financeira.

[Handwritten signatures and initials]

16 Financiamentos obtidos

16.1 Gastos com financiamentos obtidos capitalizados durante o período

Descrição	2025	2024
Financiamentos bancários	166 666,64 €	277 777,76 €
Total	166 666,64 €	277 777,76 €

A instituição possui apenas um empréstimo financeiro, contratado junto ao Banco Santander.

16.2 Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes (Colaterais)

Nada a observar.

16.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Nada a observar.

16.4 Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos

Nada a observar.

17 Fornecedores

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Fornecedores	5 537,90 €	5 714,10 €
Total	5 537,90 €	5 714,10 €

Os fornecedores em dívida a 31/12/2025 encontram-se evidenciados no quadro acima.

18 Venda e prestação de serviços

As prestações de serviços por valências desenvolvidas pela ESNL:

Descrição	2025	2024
Quotizações	2 569,00 €	2 908,00 €
Mensalidades dos Utentes	816 849,28 €	706 049,71 €
Comparticipações ISS	843 872,36 €	
Total	1 663 290,64 €	708 957,71 €

Esta rubrica evidencia as mensalidades pagas pelos utentes, valores definidos pelos órgãos competentes e pagos diretamente pelos mesmos.

Em 2025, a instituição contava com os seguintes utentes:

- ✓ Apoio Domiciliário: 83 utentes
- ✓ ERPI (Estrutura Residencial para Idosos): 47 utentes
- ✓ Creche: 52 utentes (registando um aumento devido à abertura de mais uma sala em novembro de 2025)
- ✓ Pré-escola: 45 utentes
- ✓ ATL: 47 utentes (passando a modalidade a ser oferecida sem almoço).

O subsídio da Segurança Social – Protocolo de Comparticipação constitui um apoio à exploração, atribuído pelo Centro Regional da Segurança Social, em função da atividade de apoio, com o objetivo de compensar eventuais déficits de exploração.

De acordo com a Circular 53/2024, de 20 de setembro, quando o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social dependa da variação das frequências dos utentes e seja atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), tal montante é considerado uma prestação de serviços (Conta 72). Neste caso, a entidade deve efetuar a divulgação adequada no Anexo, apresentando a decomposição da origem do valor correspondente a esta prestação de serviços.

Por este motivo, no exercício de 2025, procedemos à contabilização deste montante em "Serviços Prestados" e não em "Subsídios", em conformidade com a legislação aplicável. Em 2024, este montante encontrava-se registado como subsídio.

19 Subsídios, doações e legados à exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Comparticipações ISS	- €	665 146,26 €
Subsídios de outras entidades	19 663,58 €	20 863,16 €
Doações e Heranças	11 728,96 €	20 063,03 €
Total	31 392,54 €	706 072,45 €

Subsídios à Exploração

- **IEFP – Apoio à Contratação:** São subsídios atribuídos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) com o objetivo de apoiar a contratação de pessoal pela entidade. Estes subsídios destinam-se a compensar, parcialmente, os gastos com os salários e encargos sociais dos trabalhadores contratados no âmbito de contratos específicos, como os de emprego ou estágios profissionais.
- **IRS Benefício - "Doação"** de 1% do IRS: Este subsídio resulta da contribuição voluntária de 1 % do IRS dos cidadãos, que podem optar por direcionar uma parte do seu imposto para instituições de utilidade pública, como a nossa. Este valor é atribuído à instituição escolhida pelos contribuintes.
- **Donativos:** São contribuições, quer financeiras quer em espécie, dadas por pessoas singulares ou coletivas à instituição. Podem incluir dinheiro ou bens, como alimentos, medicamentos, entre outros, com o objetivo de apoiar as necessidades da instituição e as suas atividades.

20 Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	15 395,00 €	12 395,00 €
Serviços especializados	108 556,01 €	77 653,53 €
Materiais	17 990,13 €	20 455,96 €
Energia e fluidos	53 519,27 €	63 018,93 €
Serviços diversos	54 732,24 €	47 094,53 €
Total	250 192,65 €	220 617,95 €

As despesas incluídas correspondem aos gastos com serviços externos, abrangendo, entre outros, eletricidade, água, combustíveis e material de escritório, entre outros.

21 Gastos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	944 089,87 €	847 449,31 €
Indemnizações	3 491,42 €	578,00 €
Encargos sobre as Remunerações	204 826,28 €	184 626,43 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17 179,05 €	14 207,01 €
Gastos de Acção Social	1 297,67 €	497,04 €
Outros Gastos com o Pessoal	4 475,73 €	6 637,30 €
Total	1 175 360,02 €	1 053 995,09 €

O número médio de pessoal na instituição foi de 71 funcionários no ano de 2025, e de aproximadamente 68 no ano de 2024.

Em 2025, os custos com pessoal ascenderam a 1.175.360,02 euros, enquanto em 2024 o montante foi de 1.053.995,09 euros.

Registamos, assim, um aumento de aproximadamente 121.364,93 euros nos custos com pessoal, resultado principalmente da atualização da tabela salarial, conforme o Decreto-Lei n.º 107/2023 do orçamento de estado de 2025, nomeadamente o aumento do salário mínimo nacional, que passou para 870,00 euros, assim como a contratação de mais quadros.

22 Outros rendimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Outros Rendimentos e Ganhos	13 232,83 €	13 391,53 €
Total	13 232,83 €	13 391,53 €

Nesta rubrica encontra-se refletida a imputação de subsídios ao investimento, conforme descrito na Nota 15.

Especificamente, reconhecemos aproximadamente 6.250 euros em relação ao protocolo de obras na cozinha.

Quanto ao protocolo de Obras na Cozinha do PRR, não foi reconhecido qualquer valor em 2025, nem foram imputados custos, uma vez que a obra ainda se encontra em curso e não foi concluída.

23 Outros gastos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Outros Gastos e Perdas	2 594,34 €	723,84 €
Total	2 594,34 €	723,84 €

A rubrica "Impostos Diretos" evidencia os encargos relacionados com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), taxas, licenças entre outros.

24 Juros e suportados e obtidos rendimentos similares obtidos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de DPO	16 452,03 €	17 506,30 €
Total	16 452,03 €	17 506,30 €
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	9 025,00 €	16 149,44 €
Total	9 025,00 €	16 149,44 €

A rubrica "Juros Obtidos" refere-se aos juros gerados pelos depósitos a prazo que a instituição possui, ou seja, os rendimentos financeiros obtidos através das aplicações de capital em contas de depósitos a prazo.

A rubrica "Juros Suportados" refere-se aos encargos financeiros associados a despesas bancárias, nomeadamente os juros resultantes de operações financeiras com instituições bancárias.

25 Imposto sobre o rendimento do período

A instituição encontra-se isenta de imposto sobre o rendimento.

26 Outras Informações

A Instituição seguiu, ao nível de gestão de risco, a política adotada e explanada no Orçamento previamente aprovado pela assembleia geral.

26.1 Risco de Crédito

Créditos sobre Clientes

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional:

Prestação de Serviços nas valências de:

1. Creche.
2. Infantário "Pré-Escolar"
3. C.A.T.L
4. Apoio Domiciliário
5. Lar de 3ª idade "ERPI"

O principal objetivo da gestão de risco de crédito é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas. De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Instituição:

- ✓ Elaborou contratos de prestação de serviços com os clientes que diretamente usufruem dos serviços e um familiar responsável para responder pelos mesmos “LAR; INFANTÁRIO; BERÇARIO e ATL”, apenas a valência de apoio Domiciliário não possuiu na sua grande maioria um avalista pela Prestação de Serviços, sendo o cliente beneficiário único responsável.
- ✓ As mensalidades de acordo com os regulamentos internos das Valências, são pagas até ao dia 8 de cada mês, pelo que após uma tolerância nunca superior a “sete” dias, a secretaria e Mesa Administrativa, pressionam a cobrança de forma a não permitir o incumprimento, tendo até á presente data este procedimento sido coroado de êxito.
- ✓ É procedimento habitual da Instituição, encomendar à farmácia os medicamentos que os utentes nos solicitam mediante prescrição médica, por sua vez a farmácia envia-nos mensalmente a relação C/C de cada um, que gerimos em C/C individualizada e não revelada nominalmente na contabilidade para assim, preservarmos o direito ao bom nome dos Clientes quer residentes quer do apoio domiciliário, num meio em que todos se conhecem e cuja divulgação poderia criar conflitos difíceis de gerir, pelo que a conta 2781 revela apenas o saldo acumulado em clientes diversos.

Outros ativos financeiros para além de Créditos sobre Clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a Instituição detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários. Consequentemente existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras.

Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com Instituições Financeiras envolvem apenas depósitos a prazo, que em caso de colapso são garantidos pelo Estado até ao montante de 100 mil euros por Banco.

27 Acontecimentos após a data do balanço

27.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos responsáveis da Direção da Entidade no dia ____/____/____.

27.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

27.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Nada a observar.

28 Divulgações exigidas por diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210 do Código do Regime Contributivo do Sistema Previdencial da Segurança Social (Lei 110/2009 de 16 setembro com redação dada pela lei nº119/2009 de 30 dezembro), a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

29 Outras informações

A Entidade não tem ativos restringidos.

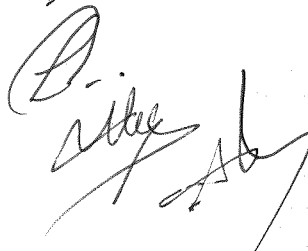
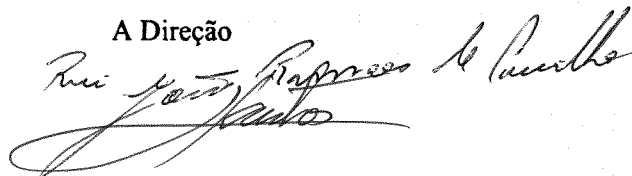
30 Termo de responsabilidade

A Direção confirma que à data de 31 de dezembro de 2025, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Entidade, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Entidade, no âmbito do SNC/NCRF - ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Visou, 27/03/2025

A Direção



O Contabilista Certificado:



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezassete horas, reuniram na sede da Confraria ou Irmandade de Sta. Eulália, os Elementos do Conselho Fiscal com a seguinte ordem de trabalhos:

1ª. Análise e parecer das contas da Instituição, do exercício de dois mil e vinte e cinco.

Após análise e apreciação do relatório e contas apresentado pela sua Direção, o Conselho Fiscal de acordo com as funções que estatutariamente lhe são atribuídas, elaborou o seguinte relatório:

Ao longo da gestão da Direção da Confraria, fizemos o seu acompanhamento, sendo esta questionada sobre os gastos, rendimentos, custos e proveitos, tendo esta fornecido os elementos, esclarecimentos e informações julgadas necessárias para uma devida apreciação e formação de opinião.

Foi verificada e acompanhada a regularidade da execução da contabilidade bem como todos os elementos que a suportam.

Tomou este Conselho Fiscal a devida atenção ao cumprimento das obrigações legais e, por sua vez, o determinado nos estatutos da Instituição.

Apreciámos e confirmámos a posse dos bens e valores pertencentes à Instituição.

Constatamos que os critérios valorimétricos são os geralmente aceites e estão de acordo com a Lei e são os que constam do anexo do Balanço e da Demonstração de Resultados.

É convicção deste Conselho Fiscal que os referidos documentos de prestação de contas traduzem de forma clara, fiel e verdadeira, tudo o que se passou no exercício em apreciação, bem como os resultados já aprovados pela Direção.

Parecer:

Face ao descrito, somos do parecer que os documentos apresentados pela Direção, refletem de forma correta e adequada a situação económica e financeira da Instituição, estando assim em condições de serem aprovadas as contas.

O CONSELHO FISCAL:

COMPROVATIVO DE ENTREGA DA CONTA DE GERÊNCIA

Ano: 2025

Identificação da Declaração: Declaração Inicial

Data da receção: 20-05-2026

Data da 1ª entrega: 20-05-2026

1. Identificação da Instituição

Nome: CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA

Morada: R DO FOJO NR 27

C. Postal: 3500-715

Localidade: VISEU

Freguesia: REPESES E SÃO SALVADOR

Concelho: VISEU

NISS: 20004493324

NIF: 501825444

Nº Equipamentos: 1

2. Identificação CC

Nome: Rui Pedro Lima Azevedo

NIF: 190223839

Membro Nº: 16943

3. Tipo de Declaração

- ☒ 1ª Declaração ano
☐ Declaração de retificação

4. Anexos que acompanham a declaração

- ☒ Declaração de responsabilidade da instituição pela publicitação das contas / Código Contratos Públicos
☐ Certificação Legal de Contas
☒ Parecer do Conselho Fiscal
☒ Ata de aprovação das contas pelo órgão de administração ou ata de aprovação de contas pela assembleia geral de associados
☒ Anexo conforme modelo ESNL nos termos da portaria nº 220/2015 de 24 de julho
☒ Balancete analítico de encerramento de exercício
☒ Balancete analítico imediatamente anterior ao encerramento do exercício

Anexo Facultativo

- ☐ Mapa de trabalho voluntário

5. NÚMERO MÉDIO DE UTENTES E DE PESSOAS AO SERVIÇO DA INSTITUIÇÃO REPARTIDO POR VALÊNCIAS

Equipamento	Resposta Social	Nº Médio Utentes	Nº Médio Func.
SEDE	1103	52	13
SEDE	1104	45	9
SEDE	1135	20	5
SEDE	1145	27	5
SEDE	2101	83	10
SEDE	2107	47	29
SEDE	IGREJA (Actividade)	287	0

Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20004493324 - CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Atividade: 1103 - CRECHE

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Não

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Atividade:

Nº Médio de Utentes: 52,00

Nº Médio de Funcionários: 13,00

Nº Meses: 12

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		318.014,86	279.420,22
Quotizações		6.151,00	14.854,01
Serviços prestados - Particulares		0,00	0,00
Serviços prestados - Entidades Públicas		311.863,86	264.566,21
ISS, IP		311.863,86	264.566,21
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		3.139,25	4.088,86
Subsídios de entidades públicas		1.966,36	2.086,31
ISS, IP		0,00	0,00
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		0,00	0,00
Outras entidades públicas		1.966,36	2.086,31
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		1.172,89	2.002,55
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-21.719,86	-19.679,56
Fornecimentos e serviços externos		-22.078,83	-19.355,40
Gastos com pessoal		-176.885,16	-157.195,83
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	-71,41
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		957,13	1.126,88
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		957,13	1.126,88
Outros gastos		-253,88	-71,07
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		-253,88	-71,07
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		101.173,51	88.262,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-12.104,55	-10.761,69
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		89.068,96	77.501,00
Juros e rendimentos similares obtidos		1.645,20	1.750,63
Juros e gastos similares suportados		-902,50	-1.614,94
Resultado antes de impostos		89.811,66	77.636,69
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		89.811,66	77.636,69

Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20004493324 - CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Atividade: 1104 - ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Não

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Atividade:

Nº Médio de Utentes: 45,00

Nº Médio de Funcionários: 9,00

Nº Meses: 12

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		115.672,70	108.579,08
Quotizações		89.507,86	87.214,18
Serviços prestados - Particulares		0,00	0,00
Serviços prestados - Entidades Públicas		26.164,84	21.364,90
ISS, IP		26.164,84	21.364,90
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		3.767,11	4.906,63
Subsídios de entidades públicas		2.359,61	2.503,57
ISS, IP		0,00	0,00
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		0,00	0,00
Outras entidades públicas		2.359,61	2.503,57
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		1.407,50	2.403,06
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-26.063,83	-23.615,47
Fornecimentos e serviços externos		-30.380,91	-26.933,32
Gastos com pessoal		-141.877,66	-117.650,37
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	-85,69
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		4.060,10	1.352,25
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		4.060,10	1.352,25
Outros gastos		-342,73	-98,47
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		-342,73	-98,47
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-75.165,22	-53.545,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-13.598,37	-12.089,79
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-88.763,59	-65.635,15
Juros e rendimentos similares obtidos		1.974,24	2.100,76
Juros e gastos similares suportados		-1.083,00	-1.937,93
Resultado antes de impostos		-87.872,35	-65.472,32
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-87.872,35	-65.472,32

Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20004493324 - CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Atividade: 1135 - CATL - C/ EXTENSÃO DE HORÁRIO C/ ALMOÇO

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Não

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Atividade:

Nº Médio de Utentes: 20,00

Nº Médio de Funcionários: 5,00

Nº Meses: 12

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		17.750,28	57.184,95
Quotizações		13.343,56	35.006,52
Serviços prestados - Particulares		0,00	0,00
Serviços prestados - Entidades Públicas		4.406,72	22.178,43
ISS, IP		4.406,72	22.178,43
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		470,90	3.679,97
Subsídios de entidades públicas		294,96	1.877,68
ISS, IP		0,00	0,00
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		0,00	0,00
Outras entidades públicas		294,96	1.877,68
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		175,94	1.802,29
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-3.257,98	-8.855,80
Fornecimentos e serviços externos		-4.123,74	-10.645,14
Gastos com pessoal		-14.376,02	-48.042,78
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	-32,14
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		143,58	507,09
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		143,58	507,09
Outros gastos		-38,08	-31,98
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		-38,08	-31,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3.431,06	-6.235,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-3.146,78	-8.393,03
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6.577,84	-14.628,86
Juros e rendimentos similares obtidos		246,78	787,78
Juros e gastos similares suportados		-135,38	-726,72
Resultado antes de impostos		-6.466,44	-14.567,80
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-6.466,44	-14.567,80

Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20004493324 - CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Atividade: 1145 - CATL - C/ EXTENSÃO DE HORÁRIO S/ ALMOÇO

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Não

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Atividade:

Nº Médio de Utentes: 27,00

Nº Médio de Funcionários: 5,00

Nº Meses: 12

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		99.471,67	49.105,17
Quotizações		66.717,79	35.006,52
Serviços prestados - Particulares		0,00	0,00
Serviços prestados - Entidades Públicas		32.753,88	14.098,65
ISS, IP		32.753,88	14.098,65
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		2.354,43	0,00
Subsídios de entidades públicas		1.474,77	0,00
ISS, IP		0,00	0,00
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		0,00	0,00
Outras entidades públicas		1.474,77	0,00
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		879,66	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-16.289,89	-8.855,80
Fornecimentos e serviços externos		-20.618,64	-10.645,14
Gastos com pessoal		-86.256,16	-48.042,78
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	-32,14
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		717,84	507,09
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		717,84	507,09
Outros gastos		-190,41	-31,98
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		-190,41	-31,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-20.811,16	-17.995,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-15.733,84	-8.393,03
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-36.545,00	-26.388,61
Juros e rendimentos similares obtidos		1.233,90	787,78
Juros e gastos similares suportados		-676,87	-726,72
Resultado antes de impostos		-35.987,97	-26.327,55
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-35.987,97	-26.327,55

Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20004493324 - CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Atividade: 2101 - SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Não

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Atividade:

Nº Médio de Utentes: 83,00

Nº Médio de Funcionários: 10,00

Nº Meses: 12

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		337.324,07	237.957,76
Quotizações		131.810,83	90.797,16
Serviços prestados - Particulares		0,00	0,00
Serviços prestados - Entidades Públicas		205.513,24	147.160,60
ISS, IP		205.513,24	147.160,60
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		9.103,83	11.857,72
Subsídios de entidades públicas		5.702,44	6.050,32
ISS, IP		0,00	0,00
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		0,00	0,00
Outras entidades públicas		5.702,44	6.050,32
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		3.401,39	5.807,40
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-62.987,59	-57.070,72
Fornecimentos e serviços externos		-60.228,31	-50.048,32
Gastos com pessoal		-185.206,19	-164.779,27
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	-207,08
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		2.775,67	3.677,94
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		2.775,67	3.677,94
Outros gastos		-753,74	-206,08
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		-753,74	-206,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		40.027,74	-18.818,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-11.426,94	-10.159,26
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		28.600,80	-28.977,31
Juros e rendimentos similares obtidos		4.771,09	5.076,83
Juros e gastos similares suportados		-2.617,25	-4.683,34
Resultado antes de impostos		30.754,64	-28.583,82
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		30.754,64	-28.583,82

Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20004493324 - CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Atividade: 2107 - ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Não

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Atividade:

Nº Médio de Utentes: 47,00

Nº Médio de Funcionários: 29,00

Nº Meses: 12

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		772.488,06	639.032,80
Quotizações		509.318,24	443.255,33
Serviços prestados - Particulares		0,00	0,00
Serviços prestados - Entidades Públicas		263.169,82	195.777,47
ISS, IP		263.169,82	195.777,47
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		12.557,02	16.355,47
Subsídios de entidades públicas		7.865,44	8.345,26
ISS, IP		0,00	0,00
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		0,00	0,00
Outras entidades públicas		7.865,44	8.345,26
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		4.691,58	8.010,21
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-90.620,28	-78.718,23
Fornecimentos e serviços externos		-111.320,99	-99.419,23
Gastos com pessoal		-570.758,83	-518.284,05
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	-285,63
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		3.828,51	6.220,28
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		3.828,51	6.220,28
Outros gastos		-1.015,50	-284,24
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		-1.015,50	-284,24
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15.157,99	-35.382,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-17.132,70	-15.232,04
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.974,71	-50.614,87
Juros e rendimentos similares obtidos		6.580,82	7.002,52
Juros e gastos similares suportados		-3.610,00	-6.459,78
Resultado antes de impostos		996,11	-50.072,13
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		996,11	-50.072,13

Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20004493324 - CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Atividade: IGREJA

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Não

Tipo de Acordo: Sem Acordo

Tipo de Atividade: Sem Protocolo

Nº Médio de Utentes: 287,00

Nº Médio de Funcionários: 0,00

Nº Meses: 12

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		2.569,00	0,00
Quotizações		2.569,00	0,00
Serviços prestados - Particulares		0,00	0,00
Serviços prestados - Entidades Públicas		0,00	0,00
ISS, IP		0,00	0,00
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Subsídios de entidades públicas		0,00	0,00
ISS, IP		0,00	0,00
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		0,00	0,00
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-1.441,23	0,00
Gastos com pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		750,00	0,00
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de comparticipações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		750,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de comparticipações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.877,77	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-3.857,75	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.979,98	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-1.979,98	0,00
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-1.979,98	0,00

Demonstração dos Resultados por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20004493324 - CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA

Número RS/Atividades agregadas: 7

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		1.663.290,64	1.374.103,98
Quotizações		819.418,28	708.957,72
Serviços prestados - Particulares		0,00	0,00
Serviços prestados - Entidades Públicas		843.872,36	665.146,26
ISS, IP		843.872,36	665.146,26
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		31.392,54	40.926,15
Subsídios de entidades públicas		19.663,58	20.863,14
ISS, IP		0,00	0,00
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		0,00	0,00
Outras entidades públicas		19.663,58	20.863,14
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		11.728,96	20.063,01
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-220.939,43	-196.795,58
Fornecimentos e serviços externos		-250.192,65	-220.617,95
Gastos com pessoal		-1.175.360,02	-1.053.995,08
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	-714,09
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		13.232,83	13.391,53
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		13.232,83	13.391,53
Outros gastos		-2.594,34	-723,82
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		-2.594,34	-723,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		58.829,57	-44.424,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-77.000,93	-68.458,62
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-18.171,36	-112.883,48
Juros e rendimentos similares obtidos		16.452,03	17.506,30
Juros e gastos similares suportados		-9.025,00	-16.149,43
Resultado antes de impostos		-10.744,33	-111.526,61
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-10.744,33	-111.526,61

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20004493324 - CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1.140.622,40	1.163.267,03
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		36.460,97	16.272,07
Investimentos financeiros		4.061,54	5.000,12
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1.181.144,91	1.184.539,22
Ativo corrente			
Inventários		5.474,00	5.004,70
Créditos a receber		8.646,77	695,32
Estado e outros entes públicos		5.935,16	4.852,61
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		3.732,50	3.373,00
Diferimentos		5.505,42	4.885,48
Outros ativos correntes		143.782,65	25.270,00
Caixa e depósitos bancários		785.260,03	888.608,31
		958.336,53	932.689,42
		2.139.481,44	2.117.228,64
Total do Ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		135.232,24	135.232,24
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		1.777.495,82	1.777.495,82
Resultados transitados		-335.173,83	-233.342,42
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		147.016,67	18.750,00
Subsídios ao investimento		12.500,00	18.750,00
Doações		0,00	0,00
Outras variações		134.516,67	0,00
		1.724.570,90	1.698.135,64
		-10.744,33	-111.526,61
		1.713.826,57	1.586.609,03
Resultado líquido do período			
Total dos fundos patrimoniais			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20004493324 - CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Passivo corrente			
Fornecedores		5.537,90	5.714,10
Estado e outros entes públicos		26.215,87	22.052,97
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		166.666,64	277.777,76
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		227.234,46	225.074,78
		425.654,87	530.619,61
Total do Passivo		425.654,87	530.619,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.139.481,44	2.117.228,64

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Mapa C)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20004493324 - CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA

Mapa C. Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1.705.475,26	1.404.612,40
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-404.085,82	-350.031,14
Pagamentos ao pessoal		-823.996,94	-724.624,44
Caixa gerada pelas operações		477.392,50	329.956,82
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-399.305,20	-366.700,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		78.087,30	-36.743,18
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-77.751,44	-135.998,87
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		16.452,03	17.506,30
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-61.299,41	-118.492,57
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	17.500,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-111.111,12	-111.111,12
Juros e gastos similares		-9.025,05	-16.149,44
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-120.136,17	-109.760,56
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-103.348,28	-264.996,31
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		888.608,32	1.153.604,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período		785.260,04	888.608,32



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.
SERVIÇOS CENTRAIS

CENTRO DISTRITAL DE VISEU
NÚCLEO ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE RECURSOS HUMANOS

Mapa D - Mapa de Controlo de Subsídios ao Investimento

NISS 20004493324		Entidade	CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA					Ano de Contas		2025	
Investimento	Designação Ativo	Valor Inicial	Taxa	Ano Início	Ano Fim	Subsídio Investimento IS	Subsídio Investimento Total	Imputação Ano (conta 7883)	Ajustamentos Positivos	Ajustamentos Negativos	Valor Líquido Ano (conta 593)
ET	Veiculo de Mobilidade Verde	34.245,96 €	25,00 %	2024	2027	25.000,00 €	25.000,00 €	6.250,00 €	0,00 €	0,00 €	12.500,00 €
Totais		34.245,96 €				25.000,00 €	25.000,00 €	6.250,00 €	0,00 €	0,00 €	12.500,00 €



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.
SERVIÇOS CENTRAIS

CENTRO DISTRIKTAL DE VISEU
NÚCLEO ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE RECURSOS HUMANOS

Mapa Participações ISS, IP

NISS: 20004493324				Entidade: CONFRARIA IRMANDADE SANTA EULALIA				Ano de Contas: 2025				
Equipamento	Resposta Social / Atividade	Tipo	Nº Médio Utentes	Nº Médio Funcionários	Conta 72 ISS, IP	Conta 751 ISS, IP	Conta 751 IP - Apolos	AP - Conta 78	AN - Conta 68	Total da Participação	Resultado Líquido	Gasto Operacional Mensal / Utente
SEDE	IGREJA	Atividade	287,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.979,98	1,54
SEDE	ESTABELECIMENTO DE EDUC	Resposta Soc	45,00	9,00	26.164,84	0,00	0,00	0,00	0,00	26.164,84	-87.872,35	393,08
SEDE	SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁ	Resposta Soc	83,00	10,00	205.513,24	0,00	0,00	0,00	0,00	205.513,24	30.754,64	321,89
SEDE	CATL - C/ EXTENSÃO DE HORÁ	Resposta Soc	27,00	5,00	32.753,88	0,00	0,00	0,00	0,00	32.753,88	-35.987,97	429,29
SEDE	CATL - C/ EXTENSÃO DE HORÁ	Resposta Soc	20,00	5,00	4.406,72	0,00	0,00	0,00	0,00	4.406,72	-6.466,44	103,93
SEDE	CRECHE	Resposta Soc	52,00	13,00	311.863,86	0,00	0,00	0,00	0,00	311.863,86	89.811,66	373,47
SEDE	ESTRUTURA RESIDENCIAL PA	Resposta Soc	47,00	29,00	263.169,82	0,00	0,00	0,00	0,00	263.169,82	996,11	1.402,21
							0,00 €	0,00 €	0,00 €	843.872,36 €	-10.744,33 €	3.025,41 €